



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680452 - SP (2021/0220827-5)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : FELIPE QUEIROZ GOMES
ADVOGADO : FELIPE QUEIROZ GOMES - SP392520
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EDIR DA SILVA AMARO PIRES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EDIR DA SILVA AMARO PIRES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0007684-63.2021.8.26.0996).

O paciente cumpre pena de 7 anos, 2 meses e 20 dias pelo cometimento dos crimes tipificados nos arts. 155, § 1º e § 4º, IV, 147, *caput*, c/c o art. 69, e 331, c/c o art. 69, *caput*, do Código Penal.

O impetrante sustenta que "não há previsão legal para prática de falta grave para o descumprimento das condições impostas para autorização da saída temporária. Aliás, especificamente no que concerne à saída temporária, o art. 125, da LEP determina que será revogado o benefício se o apenado praticar falta grave ou desatender as condições impostas na autorização. Além disso, o não atendimento da imposta condição de saída temporária não caracteriza, por óbvio, crime doloso" (fl. 5).

Requer "a concessão de medida liminar para suspender o acórdão proferido pelo E. Tribunal de Justiça e restabelecer o regime semiaberto do Paciente até decisão final, e, ao final, seja concedida a ordem, ratificando a liminar, restabelecendo a decisão de primeiro grau que desclassificou a falta para de natureza média e restabelecer o regime semiaberto e os dias remidos, por medida de justiça" (fl. 12).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria

por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente